



# TENDÊNCIAS PARA AS CIDADES

Uma trilha de conhecimento para ajudar na construção de Planos de Governo e na elaboração e implementação de políticas públicas eficientes para as cidades.

Realização:





# Expediente

Tendências para as Cidades é uma websérie produzida pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP

## **Presidente da FNP**

Edvaldo Nogueira  
Prefeito de Aracaju/SE

## **1º Vice-presidente Nacional**

Duarte Nogueira  
Prefeito de Ribeirão Preto/SP

## **2º Vice-presidente Nacional**

Cynthia Ribeiro  
Prefeita de Palmas/TO

## **3º Vice-presidente Nacional**

Axel Grael  
Prefeito de Niterói/RJ

## **Vice-presidente de Relações Internacionais**

Chico Brasileiro  
Prefeito de Foz do Iguaçu/PR

## **Vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional**

Colbert Martins  
Prefeito de Feira de Santana/BA

## **Secretaria-geral**

Edinho Silva  
Prefeito de Araraquara/SP

## **1ª Secretaria Nacional**

Ulisses Maia  
Prefeito de Maringá/PR

## **2ª Secretaria Nacional**

Izaias Santana  
Prefeito de Jacareí/SP

## **Vice-presidência de Saúde**

Auricchio  
Prefeito de São Caetano do Sul/SP

## **Vice-presidência de Educação**

Ivo Gomes  
Prefeito de Sobral/CE

## **Vice-presidência de Direitos Humanos**

Paula Mascarenhas  
Prefeita de Pelotas/RS

## **Vice-presidência de Cidades Inteligentes**

Rafael Greca  
Prefeito de Curitiba/PR

## **Vice-presidência de Empreendedorismo**

Rogério Lins  
Prefeito de Osasco/SP

## **Vice-presidência de Mobilidade Urbana**

Fátima Daudt  
Prefeita de Novo Hamburgo/RS

## **Vice-presidência de Relações com o Judiciário**

Hildon Chaves  
Prefeito de Porto Velho/RO

## **Vice-presidência de Finanças Públicas**

Paulo Serra  
Prefeito de Santo André/SP

## **Vice-presidência de Relacionamento com Estados**

Ibaneis Rocha  
Governador do Distrito Federal

## **Secretário-executivo**

Gilberto Perre

## **Secretário-executivo adjunto**

Jeconias Junior

## **Coordenador de Relações Institucionais e Projetos**

Daniel Miranda

## **Produção e execução**

Décio Junior

## **Transmissão e apoio técnico**

Keven Almeida  
Leonardo Silva

## **Mediação**

Aline Martins  
Amanda dos Anjos  
Amanda Vieira  
André Akerman  
Cynthia Cristo  
Cleonice Machado  
Daniel Miranda  
Décio Junior  
Gilberto Perre  
Ingrid Freitas  
Júlia Mello  
Kleber Castro  
Letícia Mamedes  
Mário Lopes  
Paula Guarido  
Pedro H Oliveira  
Tainá Bittencourt  
Theo Santini  
Veridiana Sousa

## **Comunicação**

André Akerman  
Bruna Bezerra  
Bruna Dias  
Livia Palmieri  
Luís Xavier  
Paula Aguiar  
Pedro H. Oliveira  
Rodrigo Eneas

## **Equipe de apoio**

Carla Araújo  
Veridiana Sousa



# Sumário



CLIQUE  
NOS TÍTULOS  
PARA ACESSAR

<b>Saúde Pública</b>	<b>5</b>	<b>Mobilidade e transporte</b>	<b>14</b>
ATENÇÃO BÁSICA: DESAFIOS PARA A COBERTURA VACINAL	5	A TARIFA ZERO NO TRANSPORTE URBANO É VIÁVEL?	14
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E O DESAFIO NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO	5	A INSUFICIÊNCIA DA RECEITA TARIFÁRIA NO TRANSPORTE	15
TELEMEDICINA E COMPRAS COLETIVAS	6	COMO REDUZIR MORTES E LESÕES NO TRÂNSITO	15
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NAS ESCOLAS	6	DESCARBONIZAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA	16
<b>Desenvolvimento social</b>	<b>7</b>	<b>Sustentabilidade e ação climática</b>	<b>16</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	7	PREPARAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS CIDADES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	16
ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS PELOS MUNICÍPIOS	7	CIDADES-ESPONJA E AÇÕES PARA MITIGAR OS IMPACTOS DAS ENCHENTES	17
ACOLHIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS ESPECÍFICOS DA POPULAÇÃO	8	A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	17
SEGURANÇA ALIMENTAR NOS MUNICÍPIOS	8	A UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO SETOR PÚBLICO	18
SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS	9	LIXO QUE NÃO É LIXO	18
<b>Educação</b>	<b>9</b>	<b>Administração pública, participação e transformação digital</b>	<b>19</b>
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS	9	PREFEITURA SEM PAPEL: DESAFIOS DE GOVERNO DIGITAL E ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS	19
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	10	COMO ELABORAR PLANOS DE GOVERNO	19
EQUIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL	10	GESTÃO DE PESSOAS	20
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NAS SALAS DE AULAS E INCLUSÃO DIGITAL	11	COMUNICAÇÃO E REDES SOCIAIS	20
MERENDA ESCOLAR ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL	11	A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	21
<b>Planejamento urbano e infraestrutura</b>	<b>12</b>	<b>Desenvolvimento econômico e Gestão fiscal</b>	<b>21</b>
O ORDENAMENTO E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	12	NOVOS MODELOS ECONÔMICOS PARA OS MUNICÍPIOS	21
DESBUROCRATIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO URBANO	12	FUNDOS DE RESILIÊNCIA FISCAL PARA MUNICÍPIOS	22
PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO URBANA	13	AS OPORTUNIDADES DAS PPPS E CONCESSÕES	22
INVESTIMENTO EM MORADIA POPULAR, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E LOCAÇÃO SOCIAL	13	ODS: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23
CIDADES INTELIGENTES E INOVADORAS	14		



# Tendências para as cidades

Uma trilha de conhecimento para ajudar na construção de Planos de Governo e na elaboração e implementação de políticas públicas eficientes para as cidades

Em um cenário político cada vez mais dinâmico e desafiador, a preparação para campanhas eleitorais municipais assume papel central para os líderes municipais. Reconhecendo esta necessidade, a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) criou o “**Tendências para as cidades**”, uma *websérie* que reuniu, mais de 100 especialistas em diversas áreas entre março e setembro de 2024 para debater os desafios da administração pública municipal e propor ideias para a construção de políticas públicas eficientes.

A série consiste em 37 episódios que totalizam mais de 70 horas de conteúdo, colocando em pauta temas alinhados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS). Os webinários foram sistematizados aqui em: **Saúde Pública; Desenvolvimento social; Educação; Planejamento urbano e infraestrutura; Mobilidade e transporte; Sustentabilidade e ação climática; Administração pública, participação e transformação digital; e Desenvolvimento econômico e gestão fiscal.**

A série também serviu de espaço de diálogo entre especialistas e equipes de prefeituras por todo o Brasil, promovendo e trocando experiências e ideias inovadoras aplicáveis nas mais diversas realidades municipais. Os episódios do **Tendências para as Cidades** estão disponíveis no canal da FNP no Youtube e oferecem conhecimentos estratégicos e relevantes para apoiar a gestão pública na realização de ações e políticas públicas sustentáveis, resilientes e alinhadas às necessidades do contexto atual e as expectativas das cidadãs e dos cidadãos.

Com esta iniciativa, a FNP reforça seu compromisso com a defesa e o fortalecimento do municipalismo, além da capacitação contínua das gestões municipais, garantindo que as cidades brasileiras possam avançar de forma sustentável e inclusiva.



# Saúde Pública



CLIQUE NOS  
TÍTULOS PARA  
ASSISTIR OS  
EPISÓDIOS

## ATENÇÃO BÁSICA: DESAFIOS PARA A COBERTURA VACINAL



O período pandêmico iniciado em 2020 registrou quedas significativas da imunização de crianças em pelo menos 73 países de todo o mundo. No Brasil, a queda vacinal criou um alerta para a volta de doenças praticamente erradicadas, como o sarampo, e promoveu dificuldades na cobertura vacinal contra outras doenças, como a dengue. Este episódio debate os desafios da cobertura vacinal nos municípios, pontuou a necessidade de promoção de Políticas Públicas e de novas estratégias realmente eficazes para assegurar a imunização da população, considerando as dificuldades geográficas e culturais dos municípios brasileiros.

PALESTRANTES

**Luciana Phebo** - Coordenadora da UNICEF no Brasil

**Carla Domingues** - Consultora da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)

**Conselheiro Jayme de Oliveira** - Presidente da Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

## ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E O DESAFIO NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO



Promover a Atenção Primária à Saúde é um desafio para os municípios brasileiros, que precisam ampliar a cobertura da atenção básica, favorecendo um maior acesso da população. Desde 2020, o governo federal mantém o Programa Previne Brasil, que financia e faz repasses de acordo com o desempenho de cada município. No total, são avaliados sete indicadores, de pré-natal, saúde da mulher, saúde da criança e doenças crônicas. Neste painel há uma troca de experiências sobre a Atenção Básica, tratando de desafios, financiamento de serviços de saúde e elaboração de novas estratégias para os municípios.

PALESTRANTES

**Thais Junqueira** - Superintendente-geral da Umane

**Renato Tasca** - Médico sanitarista e consultor do Instituto de Estudos de Políticas Públicas (IEPS)

**Nesio Fernandes** - Médico Sanitarista e Ex-secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (2023/24)



## TELEMEDICINA E COMPRAS COLETIVAS



CLIQUE NOS  
TÍTULOS PARA  
ASSISTIR OS  
EPISÓDIOS



PALESTRANTES



A telemedicina, ao proporcionar consultas e diagnósticos à distância, promete ampliar o acesso à saúde, especialmente em áreas remotas e carentes. Podem ser benefícios dessa tecnologia a melhoria da eficiência e a redução de custos; por outro lado, existem desafios como a infraestrutura digital insuficiente, além da necessidade de capacitação para os profissionais de saúde. Compras coletivas são outra maneira de aumentar a eficiência e reduzir custos, mas também garantir a qualidade e a disponibilidade dos produtos adquiridos, uma solução particularmente relevante para municípios com dificuldades financeiras ou logísticas para a aquisição de insumos médicos. Este webinar traz uma análise detalhada sobre o [Consórcio Conectar](#), uma iniciativa da FNP voltada para a aquisição coletiva de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços de saúde, e destaca a importância da telemedicina e das compras coletivas para os municípios, assinalando como essas práticas otimizam os serviços de saúde, fortalecem a gestão pública de saúde e proporcionam melhores serviços à população.

**Marcelo Itiro Takano** - Coordenador do Programa Avança Saúde da Secretaria Municipal da Saúde - São Paulo (SP)

**Cynthia Cristo** - Secretária executiva do Consórcio Conectar

**Roberto Umpierre** - Coordenador-geral do projeto TelessaúdeRS (UFRGS)

## POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NAS ESCOLAS



PALESTRANTES



A falta de cuidado com a saúde mental pode levar ao adoecimento, dificuldades na aprendizagem e a uma experiência escolar comprometida, além de contribuir com o aumento dos casos de violência nas escolas. O ambiente escolar é estratégico para a implementação de políticas públicas, como a promoção da Saúde Mental com foco em estudantes, profissionais de educação e em toda comunidade escolar. Aderir ao Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo governo federal em 2007, pode ajudar o município a sistematizar ações e a desenvolver programas que contribuam com a saúde mental nas escolas. A Política de Atenção Psicossocial (Lei 14.819/2024) prevê a intersetorialidade entre serviços de educação, saúde e assistência social para promover atenção psicossocial nas escolas. Neste episódio, prefeitos e prefeitas são provocados a pensar em medidas para adotar e/ou ampliar as políticas de saúde mental nas escolas dos seus municípios, assim como em estratégias para cumprir a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

**Carolina Campos** - Fundadora e Diretora-executiva do Vozes da Educação

**Deborah Malta** - Professora Titular da Escola de Enfermagem (UFMG)

**Daniel Santos** - Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Economia Social (LEPES)



## Desenvolvimento social

### POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



#### PALESTRANTES



Cresce a população em situação de rua nos municípios brasileiros, um desafio latente para a gestão pública. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto 7.053/2009, estabelece princípios, diretrizes e objetivos para atender esse público. No entanto, apenas 5 estados e 15 municípios haviam aderido ao programa até 2020. De lá pra cá, as crises política e financeira, além da pandemia, ocasionaram um aumento da população em situação de rua. Este episódio promove uma importante discussão sobre a efetividade das ações e os desafios enfrentados pelas cidades no acolhimento dessa população, apontando propostas para ajudar prefeituras e prefeitos.

**Luciano Oliveira** - Coordenador-geral da Média Complexidade do Departamento de Proteção Social da Secretaria nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

**Márcia Gatto** - Coordenador da Rede Rio Criança e da Rede nacional Criança Não é de Rua

**Dra. Sandra Assali** - Juíza auxiliar da presidência do TRT 2 e representante para ações da Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades (Pop Rua Jud)

### ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS PELOS MUNICÍPIOS



#### PALESTRANTES



Os municípios de estados fronteiriços do Brasil e diversas outras cidades têm registrado um aumento de imigrantes e refugiados, vindos de outros países e até de outros continentes. Um dos grandes desafios das cidades brasileiras é promover o acolhimento social e a inserção destas pessoas, sobretudo de crianças e adolescentes nas escolas públicas. Este painel debate o processo migratório, buscando compreender o cumprimento da Lei de Migração (13.445/17), além de provocar ideias para fortalecer as políticas públicas municipais de acolhimento desta população.

**Paulo Sérgio de Almeida** - Oficial de Meios de Vida e Inclusão Econômica na Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)

**Soraya Pessino** - Diretor técnico no Brasil da Pan American Development Foundation (PADF)

**Roberto Portela** - Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Fonacceram)



## ACOLHIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS ESPECÍFICOS DA POPULAÇÃO



É imperativo que o Estado assuma seu papel na promoção de um ambiente seguro, inclusivo e que garanta o acesso universal a direitos para todos os cidadãos; sendo assim, a construção e implementação de políticas públicas eficazes para pessoas idosas, negras ou LGBTQIAP+ e mulheres requer uma abordagem integrada. Os municípios têm um desafio urgente de acolher estes e outros grupos específicos que vivem a rejeição familiar, a discriminação e a violência física e psicológica. O debate neste episódio trouxe orientações sobre a segurança, empregabilidade, capacitação profissional, acesso à saúde, educação e outras políticas públicas de acolhimento a esses grupos.

### PALESTRANTES

**Ana Carolina Querino** - Adjunta e atual interina do escritório de ONU Mulheres no Brasil

**Toni Reis** - Diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI+

**Aline Lima** - Gerente de Diversidade, Equidade e Inclusão LATAM na Natura&Co

## SEGURANÇA ALIMENTAR NOS MUNICÍPIOS



1000 municípios brasileiros em 2024, ano em que houve um melhor acompanhamento nos indicadores de políticas como o Programa de Aquisição Alimentar (PAA) e articulação com outras políticas públicas de segurança alimentar. Mais do que aderir ao Sisan, as prefeitas e prefeitos têm a responsabilidade de mapear os seus territórios e criar políticas públicas para erradicar a fome, reduzir desperdícios e distribuir alimentos de qualidade em seus espaços. Este foi o debate deste webinar, com propostas para que as gestões incorporem a Segurança Alimentar e as políticas ligadas ao tema como pauta fundamental.

### PALESTRANTES

**Rafaela Vieira** - Gerente de Políticas Públicas do Instituto Pacto Contra a Fome

**Francine Xavier** - Diretora do Comida do Amanhã

**Rodrigo "Kiko" Afonso** - Diretor-executivo da organização Ação da Cidadania



## SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO DA VIOLENCIA NOS MUNICÍPIOS



União, estados e municípios têm responsabilidade na construção de uma sociedade mais segura. Os municípios têm o dever de elaborar seus Planos Municipais de Segurança Pública de forma integrada aos demais entes federativos, uma ação fundamental para uma efetiva implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, 2021-2030 - Lei nº 13.675/18. Este episódio aborda as ações de segurança na competência dos municípios, fundamentais para a criação de ações estratégicas de segurança integrada, e diretrizes para a elaboração de Planos Municipais de Segurança Pública.

### PALESTRANTES

**Alberto Kopittke** - Diretor-executivo do Instituto Cidade Segura

**Gabriel de Andrade Figueiredo** - Integrante da coordenação do Programa "Município Seguro" - Ministério Público da Bahia

**Juliana Barroso** - Assessora de Políticas Públicas do Instituto Igarapé

## Educação

### ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS



Patrocinado pela Fundação Lemann

O decreto federal nº 11.556/23 instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada para implementar iniciativas de alfabetização de crianças brasileiras até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, além de promover medidas para a recomposição da aprendizagem, com foco na alfabetização e na ampliação e aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças até o final dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A adesão ao programa é voluntária, mas importante, considerando que o executivo municipal supre a maior parte da demanda da Educação Infantil, quando acontece a alfabetização. Este episódio discute os desafios para a alfabetização na idade certa e a adesão ao Compromisso como importante política pública, além de compreender os novos modelos de ensino como ferramentas para a alfabetização.

### PALESTRANTES

**Veveu Arruda** - Fundador da Associação Bem Comum

**Anieli Improta França** - Profª. Titular do Departamento de Linguística da UFRJ

**Daniela Caldeirinha** - Vice-presidente de Educação na Fundação Lemann



## EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



Patrocinado pela Fundação Lemann

A educação integral oferece uma formação mais completa ao desenvolver não apenas o conhecimento acadêmico, mas também habilidades socioemocionais. Com uma abordagem que integra diversas áreas, como esporte, cultura e cidadania, o tempo ampliado na escola favorece a segurança dos estudantes e oferece oportunidades para um aprendizado mais aprofundado e significativo. Este webinar discute os benefícios e desafios da implementação da educação integral nos municípios, sendo abordadas estratégias para ampliar o tempo escolar e integrar atividades extracurriculares, visando um desenvolvimento holístico dos estudantes.

### PALESTRANTES

**João Paulo Cêpa** - Articulador do Movimento Pela Base

**Alex Moreira Roberto** - Gerente de Educação na Motriz

**Anna Helena Altenfelder** - Presidente do Conselho de Administração do Cenpec

## EQUIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL



Patrocinado pela Fundação Lemann

O Ministério da Educação instituiu a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ em 2024. Segundo a PNEERQ, a União, estados, Distrito Federal e municípios devem implementar ações e programas educacionais para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e promover a política educacional para a população quilombola. Este painel aponta os caminhos que as futuras gerações de prefeitas e prefeitos devem traçar para promover uma educação igualitária nas escolas municipais e na formação continuada dos educadores, além de contribuir para a superação das práticas racistas na educação municipal e garantir o acesso das comunidades quilombolas.

### PALESTRANTES

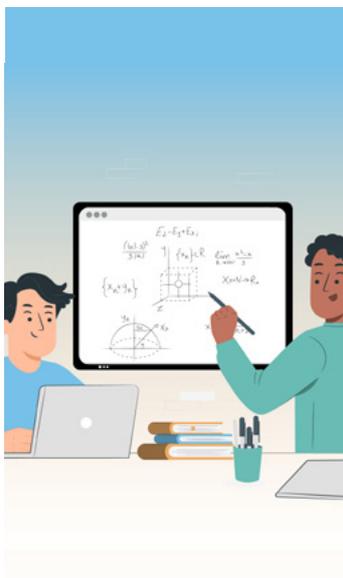
**Anna Penido** - Diretora do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação

**Giovanni Rocha** - Co-fundador da Mahin Consultoria Antirracista

**Vidal Dias** - Diretor Executivo do Instituto Dacor



## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NAS SALAS DE AULAS E INCLUSÃO DIGITAL



Patrocinado pela Fundação Lemann

A pandemia de Covid-19 acelerou um processo de digitalização, que já era inevitável. O atual modelo de educação exige o uso de novas tecnologias, ainda distantes da realidade de muitas escolas, mas que podem ser integradas a partir de planejamento. Os recursos disponíveis, como softwares, aplicativos e diferentes plataformas multimídia, ajudam a promover novos espaços e conceitos de ensino e aprendizagem, que se iniciam nos primeiros anos escolares. Para além da educação formal, que pode acontecer, inclusive, de maneira remota, as novas tecnologias permitem a inclusão dos alunos às novas aprendizagens e a inclusão de pessoas com deficiências no ambiente escolar. Os modelos educacionais mais recentes, que se renovam de maneira rápida, norteiam os debates deste webinar.

### PALESTRANTES

**Cristieni Castilhos** - CEO MegaEdu

**Julia Sant'Anna** - Diretora-executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)

**Mila Fernandes Ribeiro Tagari** - Diretora de Inclusão Digital da Prodabel

## MERENDA ESCOLAR ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL



Patrocinado pela Fundação Lemann

Inserir alimentos característicos da produção regional e aqueles mais comuns cultivados por agricultores familiares na merenda escolar ajuda a fortalecer a cadeia produtiva local. Essa é uma realidade em diferentes cidades brasileiras, mas ainda um desafio para muitas gestões. Para obter êxito com Políticas Públicas que fomentem a economia estimulando a produção e aquisição de alimentos para a merenda escolar, é preciso metas e estratégias. Ao propor um debate sobre este tema, este painel contribui para o alinhamento das propostas com ideias e casos que servem de referência para os municípios.

### PALESTRANTES

**Maria Alvim Leite** - Integrante do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP (Nupens/USP)

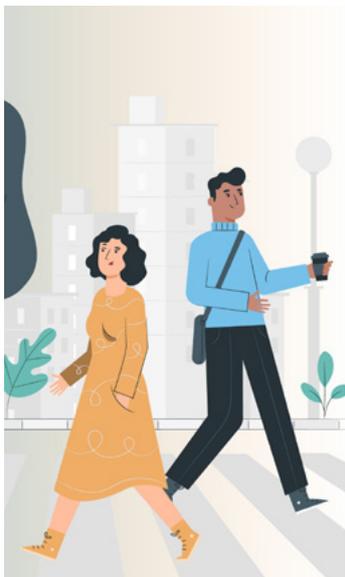
**Rafaela Vieira** - Gerente de Políticas Públicas do Pacto Contra a Fome

**Fernanda Menezes** - Responsável técnica pelo Programa de Alimentação Escolar do município de São Paulo



# Planejamento urbano e infraestrutura

## O ORDENAMENTO E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS



O reconhecimento, o ordenamento e a ocupação dos espaços públicos como lugares de circulação, educação e convivência passam pelo sentimento de pertencimento aos lugares, de valorização do patrimônio e da garantia da preservação cultural e ambiental. Um Plano Diretor deve promover a integração de políticas públicas das diversas áreas, como saúde, educação, segurança, logística e habitação, mas deve promover também a integração territorial das cidades, favorecer o crescimento ordenado, facilitar o desenvolvimento de programas de atendimento social e promover nas pessoas o sentimento de reconhecimento, pertencimentos e preservação dos espaços. Este episódio traz orientações sobre a elaboração de planos diretores para que prefeitas e prefeitos possam fortalecer as políticas públicas locais em torno do tema.

### PALESTRANTES

Felipe Pítaro - Gerente da Fundação Gol de Letra

Mônica Moreno - Arquiteta e urbanista, doutora pela USP

Ivan Carlos Maglio - Pesquisador do Laboratório de Áreas Verdes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP)

## DESBUROCRATIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO URBANO



Os processos de licenciamento urbano têm grande impacto na produtividade, competitividade das empresas e na economia local. A adoção de práticas modernas e simplificadas não apenas promove o desenvolvimento econômico e otimiza gastos públicos, mas também impulsiona o crescimento do PIB municipal. Este painel promove um panorama geral sobre licenciamento urbano e explora as iniciativas de desburocratização e digitalização com foco na metodologia BIM (Modelagem da Informação da Construção, na sigla em inglês).

### PALESTRANTES

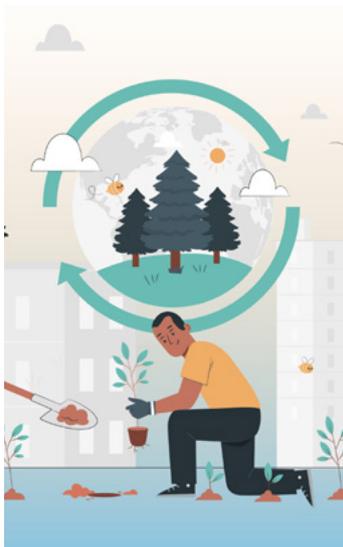
Águeda Muniz - Diretora de Relações Institucionais da Ambiental Ceará

Raquel Sad Seiberich Ribeiro - Diretora-executiva do BIM Fórum Brasil

Alessandra Beine Lacerda - Diretora-executiva da GAPS - Gestão, Arquitetura e Projetos Sustentáveis



## PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO URBANA



Ao longo do processo de formação dos centros urbanos as árvores nativas foram destruídas e/ou substituídas por de outras espécies. A busca por uma beleza cênica ou mesmo a tentativa de minimizar as ilhas de calor nas cidades fez com que árvores de grande porte fossem plantadas em disputa às galerias de águas, pavimentação e sistema de energia, o que se tornou um “problema” nos grandes centros. Por outro lado, o aquecimento global tem exigido que as cidades repensem suas relações com as árvores que, em alguns casos, podem ajudar a reduzir a temperatura do ambiente em até 5°C. Nesse sentido, o planejamento para o plantio, manutenção e recuperação arbórea dos centros urbanos se torna um desafio claro para os gestores públicos municipais, e esta foi a abordagem neste episódio.

### PALESTRANTES

**Osmar Malaspina** - Professor do Instituto de Biociências da UNESP

**Luciana Vanni Gatti** - Coordenadora do Laboratório de Gases de Efeito Estufa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

**José Roberto Roloff** - Diretor do Departamento de Arborização e Produção Vegetal do Horto de Curitiba/PR

## INVESTIMENTO EM MORADIA POPULAR, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E LOCAÇÃO SOCIAL



O governo federal tem se preocupado em mitigar as carências sociais do país e promover o direito à moradia adequada para a população de baixa renda, oferecendo financiamento subsidiado para projetos de regularização fundiária de áreas urbanas informais e melhorias habitacionais. A participação das cidades neste programa se concretiza em levantamento das áreas que podem ser utilizadas, além da realização e aprovação de projetos, respeitando as particularidades dos municípios. A busca por soluções de moradia dignas também deve respeitar o Plano Diretor e a regularização fundiária, processo moroso e cheio de detalhes que tornam a operação complexa na maioria dos casos, e que exigem um corpo técnico que atue de forma integrada com o governo e a sociedade local. O debate deste episódio tem como propósito ajudar as gestões municipais no planejamento dessas ações, considerar a elaboração de uma política habitacional consistente e compreender a Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) e a Regularização Fundiária de Interesse Específico (REURB-E).

### PALESTRANTES

**Marcus Fiorito** - Coordenador de Programas do ONU-Habitat Brasil

**Luciana de Oliveira Royer** - Vice-coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Produção da Casa e da Cidade

**Raquel Luane** - Advogada Especialista em Direito Imobiliário - Regularização Fundiária Urbana (REURB)



## CIDADES INTELIGENTES E INOVADORAS



CLIQUE NOS  
TÍTULOS PARA  
ASSISTIR OS  
EPISÓDIOS



### PALESTRANTES

**Marcelo Fachina** - Executivo principal em Cidades Inteligentes e Governo Digital no CAF

- Banco de desenvolvimento da América Latina

**Antônio Carvalho e Silva Neto** - Preside o Fórum Inova Cidades

**Ivan Patriota** - Coordenador de parcerias do Google Maps na América Latina



Apenas 8% das cidades inteligentes no mundo estão localizadas fora da Europa, Ásia e América do Norte, o que localiza os novos mandatos municipais como uma janela de oportunidade ante novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), além da crescente atenção global à sustentabilidade e à educação empreendedora e criativa. O desafio de transformar as cidades brasileiras em ambientes mais inteligentes e inovadores vai além da mera digitalização, requerendo políticas abrangentes que promovam o desenvolvimento urbano sustentável, com investimentos significativos em capital humano e social, visando à melhoria da qualidade de vida. Este episódio compartilha estratégias de planejamento e aprimoramento de indicadores para conceber cidades verdadeiramente inteligentes e inovadoras, abordando boas práticas e a visão dos principais atores fomentadores em cidades ao redor do mundo.

## Mobilidade e transporte

### A TARIFA ZERO NO TRANSPORTE URBANO É VIÁVEL?



### PALESTRANTES

**Renato Boareto** - Especialista em Política de Mobilidade Urbana e Gestão Ambiental

**Luiz Carlos M. Néspoli (Branco)** - Superintendente na Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)

**Daniel Santini** - Coordenador na Fundação Rosa Luxemburgo



Debatida há mais de 30 anos em todo o mundo, a tarifa zero no transporte público coletivo já foi adotada por mais de 100 cidades no Brasil. No entanto, sua implementação tem sido restrita a cidades de pequeno e médio porte, especialmente devido ao alto custo dos sistemas de ônibus e veículos sobre trilhos, e à escassez de recursos públicos ou subsídios cruzados. Este episódio promove um debate sobre a viabilidade da política para médios e grandes municípios, pontuando possíveis desafios, como a superlotação e o uso indiscriminado do transporte, as possíveis fontes de financiamento e a contrabalança da arrecadação municipal, e evidenciou os desafios e potencialidades da sua implementação.



## A INSUFICIÊNCIA DA RECEITA TARIFÁRIA NO TRANSPORTE



O transporte público coletivo é a espinha dorsal dos sistemas de mobilidade urbana nas cidades. No entanto, enfrenta, há décadas, problemas estruturais e conjunturais que se manifestam na queda progressiva de qualidade e de passageiros. Entre outros fatores, isso é causado pela forma de financiamento, baseada nas tarifas cobradas dos usuários, e de remuneração, baseada no pagamento por passageiro transportado. Este painel trata de debater modelos inovadores de estruturação do transporte público, possíveis fontes de financiamento a nível local e nacional e a viabilidade da Cide financiar a melhoria e a ampliação do transporte público.

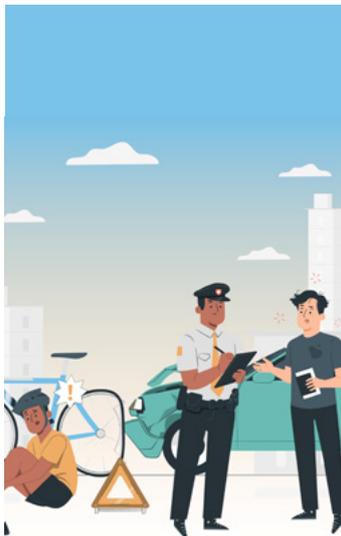
### PALESTRANTES

**Carlos Carvalho** - Técnico de Planejamento e Pesquisa - DIRUR/IPEA

**Tainá Bittencourt** - Especialista em Mobilidade Urbana na FNP

**Sérgio Avelleda** - Sócio fundador da Urucua: Mobilidade urbana

## COMO REDUZIR MORTES E LESÕES NO TRÂNSITO



Todos os anos, cerca de 40 mil pessoas morrem em acidentes de trânsito no Brasil e outras dezenas de milhares ficam feridas. Em 2011, quando a ONU lançou o programa “1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, o Brasil era o quinto país com mais mortes no trânsito em todo o mundo. Além das inestimáveis perdas humanas, estima-se que o custo dos sinistros de trânsito esteja em torno de 50 bilhões de reais. Este episódio debate estratégias e políticas públicas que ajudam os prefeitos e prefeitas a trabalharem pela redução das mortes e lesões no trânsito nas cidades brasileiras, alinhadas às metas da Década de Ação Global pela Segurança no Trânsito da ONU e às ações definidas no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito.

### PALESTRANTES

**Danielle Hope** - Gerente de mobilidade do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil)

**Bruno Rizzon** - Coordenador de Planejamento da Mobilidade do WRI Brasil

**Lucas Lima** - Gerente de Relações Institucionais na Ambev



## DESCARBONIZAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA



Reduzir a emissão de carbono no setor da mobilidade urbana é uma das metas estabelecidas pelo Brasil dentro dos desafios globais impostos pelas mudanças climáticas e os municípios têm grande responsabilidade neste âmbito. Apesar da lenta movimentação para a criação de medidas que favoreçam o cumprimento da meta, as mudanças climáticas alertam que não há espaço para a morosidade e as cidades têm que avançar em políticas públicas para reduzir a emissão de carbono. Neste episódio, as especialistas convidadas debatem sobre estudos e legislação, e propuseram ideias que podem se tornar políticas públicas nas cidades brasileiras.

### PALESTRANTES

**Carmen Araújo** - Líder Regional do escritório International Council on Clean Transportation - ICCT no Brasil

**Érica Vieira Marcos** - Gerente Ambiental da Confederação Nacional do Transporte

**Carolina Guimarães** - Especialista em cidades sustentáveis e mobilidade urbana

## Sustentabilidade e ação climática

### PREPARAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS CIDADES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



A maioria da população brasileira hoje vive nos centros urbanos, ficando suscetível aos efeitos da emergência climática, que alteram o regime de chuvas e aumentam a frequência de eventos extremos. Diante deste cenário, mitigar danos não é suficiente; é preciso elaborar e adotar estratégias de adaptação permanente para os riscos da mudança do clima. Este painel traz uma discussão relevante para a atualidade, com estratégias que devem ser adotadas com urgência pelos gestores públicos municipais para criar cidades adaptadas e, portanto, resilientes às mudanças climáticas.

### PALESTRANTES

**Axel Graef** - Prefeito de Niterói/RJ

**Carlos Nobre** - Cientista e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP

**Fernanda Facchini** - Head de Carbono, Mudanças Climáticas e Circularidade da Natura



## CIDADES-ESPONJA E AÇÕES PARA MITIGAR OS IMPACTOS DAS ENCHENTES



As mudanças climáticas são uma realidade que cobram desafios imediatos dos gestores públicos. As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 são prova concreta de que há muito a fazer para preparar as cidades. Os exemplos da Europa e dos Estados Unidos, de criar as chamadas cidades-esponja, podem ser uma saída, assim como compreender em quais casos se aplicam políticas de barreiras naturais e de construção de diques. Este episódio especial convida a especialista em cidades-esponja Taneha Kuzniecowa Bacchin, pesquisadora da Universidade de Delft, nos Países Baixos, para abordar medidas de gestão hídrica e resiliência climática, tratando também de ações que a gestão municipal pode adotar para avançar na implementação de políticas públicas que considerem a relação das cidades com os seus rios.

### PALESTRANTES

**Taneha Kuzniecowa Bacchi** - Diretora de Pesquisa em Projeto Urbano e Territorial na Universidade Técnica de Delft (TUDelft)/Países Baixos

## A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



A mudança climática é inevitável, mas seus impactos são. As cidades precisam de um modelo de produção e consumo que gere menos emissão de gases de efeito estufa, além de adaptar a infraestrutura existente é fundamental. Este episódio discutiu a relevância dos planos de adaptação às mudanças climáticas, destacando as estratégias essenciais para mitigar os impactos ambientais e sociais, e traz exemplos bem sucedidos como referência para os gestores municipais. Federalismo climático, exemplos de boas práticas, os desafios enfrentados por governos e comunidades, o papel crucial da participação cidadã, a governança na implementação de políticas públicas eficazes e as oportunidades de financiamento e inovação para fortalecer a resiliência climática nas cidades e regiões também são pautas neste episódio.

### PALESTRANTES

**Renato Anelli** - Professor da Pós-Graduação da FAU Mackenzie e bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq

**Rogério Gutierrez** - Coordenador do Projeto ANDUS na GIZ

**Jecônias Rosendo da Silva Júnior** - Secretário-executivo adjunto da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)



## A UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO SETOR PÚBLICO



As chamadas “fontes limpas de energia” têm se expandido significativamente no país. A aquisição de energia verde no mercado livre de energia já representava 34% de toda a energia consumida no Brasil em 2023, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Diante da responsabilidade de adotar matrizes energéticas com menor impacto ambiental e reduzir gastos com energia elétrica, o governo federal tem promovido incentivos financeiros para o setor por meio da Aneel, com números apontando para uma ampliação do consumo de energia limpa pelo setor público. Neste episódio, futuros gestores têm contato com estratégias para adquirir e/ou ampliar seu consumo de energia renovável como política pública.

### PALESTRANTES

**Cristina Joenck** - Coordenadora-geral de Gestão Institucional e Sustentabilidade da Advocacia-Geral da União, especialista e mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

**Willians Gaspar** - Gerente do Programa de Eficiência Energética da Prefeitura do Rio de Janeiro

## LIXO QUE NÃO É LIXO



Minimizar a geração de rejeitos que podem ser reaproveitados é um desafio urgente para os municípios. Para isto, a ação integrada do poder público e sociedade é fundamental, já que grande parte do descarte acontece dentro das casas, cabendo ao gestor público providenciar a coleta e o descarte apropriados. Isto pode ser desafiador, dado o alto custo para a administração local e as exigências legais impostas, como o fim dos lixões ainda em 2024. O plástico tem sido apontado como um dos grandes vilões entre os resíduos descartáveis: um estudo recente da ONG norte-americana Center for Climate Integrity mostrou que, no Brasil, a porcentagem de reciclagem de plástico é apenas 1,3%. Este episódio aborda como iniciar a criação de uma logística integrada de gestão de resíduos entre poder público e sociedade, um desafio que deve estar na pauta dos futuros prefeitos e prefeitas.

### PALESTRANTES

**Anderson Nassif** - Co-fundação da Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Orlandia (Cooperlol) e Diretor na Rede Anastácia de Cooperativas

**Pedro Maranhão** - Diretor Presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA)

**Beatriz Luz** - CEO da Exchange 4 Change Brasil



# Administração pública, participação e transformação digital

## PREFEITURA SEM PAPEL: DESAFIOS DE GOVERNO DIGITAL E ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS



A transformação tecnológica tem exigido esforços e investimentos da gestão pública municipal para adoção de estratégias de serviços e governos digitais. No Brasil, pouco mais de 1.000 municípios cadastrados já gerenciam serviços on-line por meio da plataforma Cidades Gov.Br. Há ainda um desafio a ser superado, que é debatido neste episódio: com o lançamento da Estratégia Nacional de Governo Digital pelo governo federal, com linha de crédito e um conjunto de recomendações para a ampliar e simplificar os governos digitais entre os entes da federação, por onde os municípios devem iniciar e quais são os maiores desafios neste cenário de digitalização dos serviços?

### PALESTRANTES

**Beatriz Lanza** - Consultora do BID em Governo Digital

**Fernanda Campagnucci** - Consultora em Governança Open Knowledge Brasil

**Patrícia Valentina** - Diretora de Gestão da Informação no TRF-4

## COMO ELABORAR PLANOS DE GOVERNO



O Plano de Governo é um documento obrigatório que deve ser entregue à Justiça Eleitoral. Apesar da legislação não cobrar um formato específico, sua elaboração não deve ser tratada como formalidade, já que é o norteador das condutas administrativas da futura gestão e pode fazer diferença na corrida eleitoral. Este episódio apoia as candidaturas à prefeitura das cidades brasileiras na elaboração de Planos de Governo eficientes para garantir melhores condições para efetivar as políticas públicas e as propostas apresentadas durante seus mandatos.

### PALESTRANTES

**Paulo Miotta** - Consultor em Políticas Públicas

**Vivian Satiro** - Gestora de Políticas Públicas e ex-secretária de Planejamento e Entregas Prioritárias da Prefeitura de São Paulo.

**Alberto Mendes** - Economista



## GESTÃO DE PESSOAS



Por décadas, a gestão de pessoas, o ambiente de trabalho saudável, a motivação e a valorização profissional estiveram na pauta dos recursos humanos da iniciativa privada - muito se fala que o capital humano é a maior riqueza de uma instituição. Neste episódio, é abordada a preocupação cada vez maior das instituições públicas em promover uma gestão eficiente que resulte no melhor desempenho dos servidores em atender as expectativas da sociedade. Para isso, há uma variedade de práticas e políticas que podem ser adotadas pelos gestores para promover a eficiência operacional, o bem-estar e buscar a melhoria dos serviços prestados à população.

### PALESTRANTES

**Cibele Franceses** - Professora da FGV/SP

**Fernando Coelho** - Professor da Universidade de São Paulo (USP)

**Isadora Modesto** - Secretária de Planejamento, Orçamento e Modernização da Prefeitura de Niterói/RJ

## COMUNICAÇÃO E REDES SOCIAIS



Nos últimos 10 anos as redes sociais ganharam força no processo eleitoral, tornando-se palco de campanhas legalizadas, debates entre candidatos e embates de apoiadores e eleitores. De lá pra cá, a Justiça Eleitoral criou regras e legislação sobre o tema, que devem ser observadas. As campanhas extemporâneas e o conflito entre a rede social pessoal do candidato que ocupa um cargo de chefe do Executivo com a rede social institucional de uma prefeitura podem trazer sérios comprometimentos à candidatura. A participação popular, principalmente de servidores públicos, em debates e embates a favor e/ou contra este ou aquele candidato também foram debatidas. Este episódio promove debate sobre o uso adequado das redes sociais e da comunicação pública ao longo do ano eleitoral, abordando como a Comunicação Social Institucional pode se tornar um instrumento de governo e uma política pública de diálogo e de acesso à informação para a sociedade.

### PALESTRANTES

**Edson de Resende Castro** - Ex-promotor eleitoral; professor de Direito Eleitoral.

**Ágatha Eugênio Franco de Camargo Paraventi** - Professora no curso de graduação e pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero.

**Rudinei dos Santos Marques** - Professor da ESPM



## A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



A sociedade tem se organizado para participar e cobrar a elaboração e implementação de políticas públicas eficientes. A formação de associações, conselhos e grupos temáticos da sociedade civil pode contribuir com o desenvolvimento e implantação de políticas públicas, sendo uma estratégia eficiente na segurança das relações entre a gestão e a sociedade. Este episódio debate o planejamento da administração participativa, trazendo casos que promoveram o avanço das gestões municipais, e pontua desafios que gestores públicos podem enfrentar quando se administra fora do gabinete.

### PALESTRANTES

**Mariângela Haswani** - Professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

**Giovanni Alegretti** - Arquiteto, urbanista e pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Valdemir Pires** - Economista e ex-professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP Araraquara)

## Desenvolvimento econômico e Gestão fiscal

### NOVOS MODELOS ECONÔMICOS PARA OS MUNICÍPIOS



Redução de pobreza, desenvolvimento social, geração de emprego e renda e crescimento econômico local: ao tratar de novos modelos econômicos para os municípios, este episódio abre um debate sobre economia circular, fomento de turismo com valorização e inclusão dos negócios locais, investimento em infraestrutura e mobilidade que resulta na chegada de novos negócios nas cidades e novas oportunidades para os diferentes setores, incluindo a agricultura local. Para alcançar esses novos modelos, os gestores precisam oportunizar novas políticas e se atentar às diferentes práticas econômicas.

### PALESTRANTES

**Lucas Ramalho** - Diretor do Departamento de Novas Economias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

**Gustavo Cezário** - Assessor Institucional do Sebrae Nacional

**Arildo Mota Lopes** - Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários UNISOL Brasil



## FUNDOS DE RESILIÊNCIA FISCAL PARA MUNICÍPIOS



### PALESTRANTES

**Marília Ortiz** - Secretária Municipal de Fazenda de Niterói (RJ)

**Vitor Puppi** - Procurador do Estado do Paraná e Secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento de Curitiba entre 2017 e 2021

**Fernando Teixeira** - Pós-doutorando em Economia pela UFF e Gerente de Projetos do Fórum de Fundos Soberanos



Diante de eventos com impactos severos, como observado no Rio Grande do Sul em 2024, e de calamidades recentes, como a pandemia do Covid-19, surge a necessidade dos municípios desenvolverem instrumentos robustos de resiliência fiscal, que os preparem para enfrentar choques intensos e assegurar a manutenção da coesão social da população. Apesar de todos os desafios enfrentados pelos gestores municipais para formar poupança, o ingresso de receitas extraordinárias dos royalties do petróleo e do minério ou o superávit gerado pelo bom controle das contas públicas têm permitido a alguns entes subnacionais constituírem fundos de reserva para garantir resiliência fiscal frente a eventos imprevistos. Este episódio informa e incentiva a inclusão de fundos de resiliência nos Planos de Governo.

## AS OPORTUNIDADES DAS PPPs E CONCESSÕES



### PALESTRANTES

**Manoel Renato** - Secretário-adjunto de Infraestrutura Social e Urbana da Casa Civil

**Frederico Ribeiro** - Sócio da consultoria Radar PPP

**Leo Santos** - Diretor-presidente do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC)



Os contratos de concessões, praxe na administração pública, são ligados à execução de obras e prestação de serviços por um agente da iniciativa privada, que se torna concessionário e assume o protagonismo da operação e administração dos serviços públicos. As Parcerias Público-Privadas (PPPs), por sua vez, diferem-se tanto pela incorporação dos compromissos financeiros assumidos pela Administração Pública quanto pela amplitude de seu objeto, regulamentada pela Lei 11.079/2004. Neste episódio foram discutidos os contratos de concessão comuns ou de PPPs, uma forma de executar vários projetos das futuras gestões, além da prestação de serviço público de qualidade e de maneira eficiente ao cidadão. Podem fazer sentido do ponto de vista econômico para o município, mas levantam questionamentos quanto à qualidade do serviço, as diferenças e quando optar por um modelo ou outro.



## ODS: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil” ([ONU - Brasil](#)). Este episódio auxilia as futuras prefeitas e prefeitos na responsabilidade de desenvolver políticas públicas alinhadas aos 17 ODS, promovendo desenvolvimento social, econômico e sustentável dos municípios, e considerando que esta geração de prefeitos e prefeitas pode ser a última com poder de influenciar o alcance das metas propostas.

### PALESTRANTES

**Zuleica Goulart** - Coordenadora do Programa Cidades Sustentáveis do Instituto Cidades Sustentáveis

**Lavito Bacarissa** - Secretário Executivo para Comissão Nacional dos ODS - Secretaria-Geral da Presidência da República

**Renata Boulos** - Coordenadora Executiva da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD)



[www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)

 @FNPrefeitos

 @fnprefeitos

 /FrenteNacionaldePrefeitos

 /tvfnp

 /fnprefeitos

 /fnprefeitos

Realização:

